



BRASÍLIA-DF

por **Denise Rothenburg** » deniserothenburg.df@dabr.com.br



Ali, é administrar o prejuízo

Ao avaliar nome por nome da lista de integrantes da CPI da Covid, o governo praticamente jogou a toalha. Não há meios de conseguir maioria. A avaliação é de que o Executivo demorou a pedir que seus aliados fossem escalados para a CPI e, quando acordou, era tarde.

Vão ter de engolir

Em conversas reservadas, os senadores têm dito que, depois de tanto mencionar Renan Calheiros como um possível relator, qualquer outro nome soaria como uma derrota do alagoano. Ou seja, está difícil o governo conseguir emplacar um nome diferente na relatoria.

Bolsonaro fica

O presidente Jair Bolsonaro rechaçou qualquer possibilidade de viajar para não sancionar o Orçamento da União para este ano. Como ele sempre diz: pior do que uma decisão mal tomada, é uma indecisão.

Muita calma nessa hora

Animados com a volta de Lula ao palco principal rumo a 2022, os petistas se dividem sobre o caminho a seguir. Há quem diga que não dá para colocar Lula no papel de candidato desde já, porque pode soar arrogante. Outros consideram que não tem o que pensar. É começar a percorrer o país e, quem quiser que se una ao nome mais bem colocado nas pesquisas para enfrentar Bolsonaro. A decisão será tomada no segundo semestre.



Volta de Lula enfraquece centro e anima Bolsonaro

Os principais estrategistas do presidente Jair Bolsonaro comemoram discretamente a anulação das condenações de Lula. Na avaliação dos bolsonaristas, a volta do petista enfraquece uma aliança de centro e, portanto, uma terceira via que possa tirar o país da polarização na qual o chefe do Planalto navegou em 2018 e saiu vitorioso. “Quanto mais o PT colocar a cabeça para fora, melhor para nós” era a frase mais repetida por ministros do governo ontem. A análise é de que é melhor enfrentar o PT, um adversário conhecido e desgastado, do que um que possa angariar simpatias e renovar as esperanças do centro para a direita.

O ensaio geral foi na live desta semana, em que Bolsonaro falou que Lula pode ser candidato e, nas entrelinhas, se colocou como o nome mais seguro para enfrentar o petista num segundo turno. Ele ainda avisou que o próximo presidente escolherá dois ministros do Supremo Tribunal Federal.

CURTIDAS

Clube do Bolinha/ As 12 senadoras que compõem a bancada feminina da Casa ficaram fora da CPI da Covid.

Limonada Tucana/ Logo depois que o STF chegou à maioria pela anulação das condenações de Lula, o PSDB lançou em suas redes que “o Brasil pode ter a chance de, democraticamente, se livrar do lulismo e do bolsonarismo em 2022, basta votar diferente”. Para bons entendedores, foi mais um sinal de que a campanha já começou.

Geraldo Magela/Agência Senado



Fidelidade partidária/ O governo aposta que o senador Marcos Rogério (foto), do DEM-RO, vice-líder do governo, está para o que der e vier ao lado do presidente Jair Bolsonaro na CPI da Covid. O parlamentar, porém, será mais fiel ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco.

Mobiliza aí/ Antes da tradicional live das quintas-feiras, circulou pelas redes sociais bolsonaristas uma convocação para que cada aliado levasse, pelo menos, mais 50 pessoas para assistir à fala presidencial transmitida em várias plataformas. Pelo menos nos primeiros 15 minutos, mais de 300 mil acompanharam o discurso de Bolsonaro.

PODER / Superintendente da Polícia Federal no Amazonas, Alexandre Saraiva é exonerado do cargo após enviar ao Supremo Tribunal Federal uma notícia-crime contra o ministro do Meio Ambiente por organização criminosa e favorecimento a madeireiros

Acusação a Salles causa demissão

» JORGE VASCONCELLOS

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, voltou a ser pivô de uma crise no governo, depois de ser acusado pelo superintendente da Polícia Federal no Amazonas, Alexandre Saraiva, de integrar uma organização criminosa com empresas madeireiras. O delegado, que apresentou ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma notícia-crime contra o ministro, na quarta-feira, foi exonerado do comando da superintendência pelo diretor-geral da corporação, Paulo Maiurino. O episódio aumentou ainda mais as pressões contra a permanência de Salles no ministério.

Na notícia-crime apresentada ao Supremo, o delegado acusa o ministro; o presidente do Ibama, Eduardo Bim; e o senador Telmário Mota (PROS-RR) de integrarem organização criminosa e de exercer advocacia administrativa — patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário. Eles teriam atuado na defesa de empresários acusados de extraírem ilegalmente cerca de 200 mil metros cúbicos de madeira, apreendidos pela PF durante a Operação Handrocanthus-GLO.

Recebida pelo presidente do STF, Luiz Fux, a notícia-crime não foi transformada em processo porque o magistrado considerou inadequada a forma com que o delegado formalizou a queixa, por meio de um e-mail à Corte. Deveria ter sido, segundo o magistrado, por Processo Judicial Eletrônico (PJe) ou presencialmente. Saraiva, portanto, terá de encaminhá-la da forma correta.

A nova crise envolvendo Salles

repercutiu no Congresso. O vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PL-AM), cobrou, em entrevista ao *Correio*, uma “ação enérgica” do governo em relação ao fato. Ele também criticou o anúncio da exoneração do superintendente, determinada pelo novo diretor-geral do DPF, Paulo Maiurino, empossado no cargo no último dia 8.

“As denúncias que pesam sobre o ministro Ricardo Salles, um antiministro do Meio Ambiente, são graves e merecem ser apuradas com muito rigor pelos órgãos competentes. Mais trágico ainda é a demissão do chefe da Polícia Federal, demitido por fazer seu trabalho”, reprovou.

De acordo com ele, “levando em conta que o ministro tem, até o momento, como legado à frente da pasta, diversas ações de desmonte de órgãos de fiscalização e o esvaziamento de recursos para esse fim, quando abriu mão do Fundo Amazônia, é preciso uma ação enérgica do governo federal”.

Notícia-crime

O PDT também entrou com uma notícia-crime contra o ministro no STF, pedindo o imediato afastamento dele do governo até que sejam apuradas as acusações. Nem Salles nem o Planalto se pronunciaram sobre o assunto.

O presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), Edvandar Paiva, convocou uma reunião da diretoria para discutir a posição da categoria em relação à troca de comando na superintendência da PF no Amazonas. Ele disse que a entidade vai se manifestar em nota.

O substituto de Saraiva é Leandro Almada, que já atuou como número 2 de Maiurino no Amazonas.

Evaristo Sa/AFP - 22/3/21



Segundo a notícia-crime, Salles agiu, também, para causar obstáculos à investigação de crimes ambientais

Governo pede dinheiro aos EUA

» INGRID SOARES
» PEDRO ÍCARO*

O presidente Jair Bolsonaro enviou uma carta ao presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, se comprometendo a acabar com o desmatamento na Amazônia até 2030. No documento, consta o compromisso do governo com os esforços internacionais de proteção ao meio ambiente, combate à mudança de clima e promoção do desenvolvimento sustentável. Os acenos ao mandatário americano estão relacionados à Cúpula de Líderes, a ser realizada nos dias 22 e 23, por videoconferência, que contará com a participa-

ção do chefe do Planalto.

“Queremos reafirmar, nesse ato, em inequívoco apoio aos esforços empreendidos por V. Excelência, o nosso compromisso de eliminar o desmatamento ilegal no Brasil até 2030”, escreveu Bolsonaro.

Para tanto, o chefe do Executivo destacou a importância da ajuda dos EUA e da sociedade civil com recursos e investimentos na área ambiental. “Alcançar essa meta, entretanto, exigirá recursos vultosos e políticas públicas abrangentes, cuja magnitude obriga-nos a querer contar com todo o apoio possível”. Ele disse, ainda, ter “enorme satisfação” em

trabalhar com o líder dos EUA.

Bolsonaro reafirmou, também, a meta de alcançar a neutralidade climática em 2060, mantendo aberta a possibilidade de antecipar o prazo para 2050, “caso seja possível viabilizar recursos anuais significativos, que contribuam nesse sentido”. Por fim, o chefe do Executivo reiterou o compromisso de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% até 2025, e em 43%, até 2030; e se disse disposto a dialogar com indígenas, ONGs e comunidades tradicionais.

* Estagiário sob a supervisão de Cida Barbosa

Controvérsia sobre acordo

O acordo financeiro que o Brasil pretende firmar com os Estados Unidos para preservar a Amazônia causa controvérsia. Coordenador do Fórum Nacional Permanente em Defesa da Amazônia, o deputado Aírton Faleiro (PT-PA) é contra o acordo. “Discordamos de fazer acordo de portas fechadas sem a participação do Fórum de Governadores, do Congresso, dos povos da Amazônia, da sociedade civil”, afirmou. “Discordamos do método, porém somos favoráveis à cooperação internacional, pela importância global que a Amazônia tem e pela dívida histórica que outros países têm conosco.”

A coordenadora executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Sônia Guajajara, seguiu a mesma linha: “Qualquer projeto para ajudar o Brasil deve ser construído a partir do diálogo com sociedade civil, governos estaduais, universidades e, sobretudo, populações locais”, frisou. “Nenhum acordo ou transferência de recurso deve ser considerado antes da redução do desmatamento aos níveis exigidos pela legislação.”

As declarações foram dadas, ontem, no seminário on-line “Emergência Amazônica — em defesa da floresta e da vida”. Uma carta em defesa da Amazônia foi enviada ao governo dos EUA, assinada por 53 parlamentares e mais de 60 organizações, como Greenpeace Brasil, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Observatório do Clima. No documento, apoiam o auxílio internacional, porém afirmam que, apesar de ser um dever do Estado, a proteção das florestas e dos seus povos não é uma prioridade do governo brasileiro. (PT*)